

Docilidade e disciplinamento do professor no contexto do projeto educativo neoliberal

Teacher docility and discipline in the context of the neoliberal educational project

Docilidad y disciplina docente en el contexto del proyecto educativo neoliberal

Carlos Betlinski¹
Wesley Dias Santos²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo identificar os dispositivos da racionalidade neoliberal, na produção do disciplinamento docente, que se dá, na maioria das vezes, mediado por um discurso de progresso e inovação. O arquétipo do trabalhador, como empresário de si mesmo, acaba por responsabilizar os sujeitos pelo sucesso ou fracasso das atividades desenvolvidas, sempre numa perspectiva individualista que altera a compreensão da responsabilização coletiva e do próprio Estado pela execução dos projetos educativos. Para entendermos o trabalho docente, que é nosso objeto de investigação, buscamos referências teóricas em Michel Foucault (2007), Pierre Dardot & Christian Laval (2016) e Ricardo Antunes (2020) e, numa abordagem contextualizada junto às alterações do sistema produtivo capitalista, vinculamos a racionalidade neoliberal com o projeto de educação mercadológico para, então, compreendermos a configuração do trabalho docente, caracterizado pelos princípios do empreendedorismo, da meritocracia, concorrência e com perspectiva de formação pragmática vinculada à racionalidade instrumental. As análises permitiram concluir que há forte índice de interferência dos discursos e dos princípios empresariais, na organização da educação pública e, em consequência, na configuração do trabalho docente.

Palavras-chave: Racionalidade neoliberal; Disciplinamento; Trabalho docente.

Abstract

This paper aims at identifying the strategies of neoliberal thinking on the creation of a teacher discipline, which is, in most cases, mediated by a discourse of progress and innovation. The archetype of the worker, as a self-entrepreneur, ends up holding individuals responsible for the success or failure of the activities they carry out, always from an individualistic perspective that alters the understanding of collective responsibility and of the State itself for the execution of educational projects. To understand teaching, which is our object of investigation, we seek theoretical references in Michel Foucault (2007), Pierre Dardot & Christian Laval (2016) and Ricardo Antunes (2020) and, in an approach contextualized alongside the changes in the capitalistic productive system, we link neoliberal thinking with the market education project to then understand the configuration of teaching work, characterized by the principles of entrepreneurship, meritocracy, competition and with a

¹ Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras/MG, Brasil. E-mail: carlosbetlinski@ufla.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1747-466X>

² Rede Municipal de Ensino de Tiradentes e Dores de Campos – MG. Tiradentes/MG, Brasil.
E-mail: wesley.pedagogo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2311-9700>

perspective of pragmatic training linked to instrumental rationality. The analyses led us to conclude that there is a strong interference of discourses and business principles on the organization of public education and, consequently, in the configuration of teaching work.

Keywords: Neoliberal rationality; Discipline; Teaching work.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar los dispositivos de la racionalidad neoliberal en la producción de la disciplina docente, que está, en la mayoría de los casos, mediada por un discurso de progreso e innovación. El arquetipo del trabajador, como autoempresario, termina por responsabilizar a los individuos por el éxito o fracaso de las actividades realizadas, siempre desde una perspectiva individualista que altera la comprensión de la responsabilidad colectiva y del propio Estado en la ejecución de las acciones educativas. Para comprender el trabajo docente, que es nuestro objeto de investigación, buscamos referentes teóricos en Michel Foucault (2007), Pierre Dardot & Christian Laval (2016) y Ricardo Antunes (2020) y, en un enfoque contextualizado junto a los cambios en el modelo productivo capitalista, vinculamos la racionalidad neoliberal con el proyecto de educación de mercado para luego comprender la configuración del quehacer docente, caracterizado por los principios de emprendimiento, meritocracia, competencia y con una perspectiva de formación pragmática vinculada a la racionalidad instrumental. Los análisis permitieron concluir que existe un fuerte nivel de injerencia de discursos y principios empresariales en la organización de la educación pública y, en consecuencia, en la configuración del trabajo docente.

Palabras clave: Racionalidad neoliberal; Disciplina; Trabajo docente.

Introdução

Compreendem-se as relações de produção, a partir das quais o mundo do trabalho é um ponto de partida necessário, para a análise de sociedades complexas, organizadas pelo capitalismo e orientadas pelos “princípios” da razão neoliberal. A migração da proposta de um Estado de direitos para um Estado de serviços desconstrói a ideia do bem-estar social e, com base em um conjunto de reformas estruturais, que afetaram a classe trabalhadora, soma-se, talvez, à mais importante delas, em que está localizado o projeto de privatização da educação estatal. Esse movimento tem como principal engrenagem as estratégias de desmonte da educação em suas bases republicanas e as políticas públicas de controle afetando de forma incisiva o trabalho docente.

Para além de uma pura organização econômica e política, o neoliberalismo estabelece padrões de organização e constituição social delineando o comportamento dos

sujeitos e estabelecendo uma nova forma de viver e pensar. Nesse sentido, é possível compreender, de acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), que o neoliberalismo estabeleceu uma nova razão, a racionalidade neoliberal, a partir da qual se constitui uma estruturação das sociedades que acaba por normatizar as relações de trabalho em razão da lógica e das regras do mercado concorrencial.

Nessa perspectiva e nesse contexto de educação mercadológica, proposta pelo neoliberalismo, que analisamos no presente artigo os dispositivos de controle do trabalho docente, sua consequente precarização e seus desdobramentos, verificando a utilização de algumas estratégias e fundamentos da racionalidade neoliberal.

Com o intuito de compreender como o trabalho docente é impactado desde o cotidiano mais imediato, baseamos no macrocontexto, no movimento orquestrado pela racionalidade neoliberal pensada globalmente, para depois examinar situações concretas que envolvem nosso tema de pesquisa. Interessa-nos compreender como essa racionalidade compõe e reordena as novas formas de configuração do trabalho e como tais propostas implicam o ofício pedagógico docente.

Apoiamo-nos em referências teóricas que abordaram questões pertinentes a esta pesquisa, dando destaque para Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para discutir a questão da racionalidade neoliberal; Ricardo Antunes (2020), para entender a problemática da precarização do trabalho no Brasil em tempos da indústria 4.0. Por meio de estudos do sociólogo brasileiro, localizamos os impactos desse movimento no trabalho docente e discutimos a agenda das reformas propostas pelo projeto educativo neoliberal, tendo como referência estudos realizados pelo pesquisador Carlos Freitas (2018). Para entendermos sobre os dispositivos de fabricação de corpos submissos e adestrados que culminam no docente, como prestador de serviço, responsabilizado e culpabilizado, tomamos como referência os conceitos do filósofo Michel Foucault.

As condições do trabalho docente e o projeto da educação neoliberal

Antes de abordarmos as particularidades do trabalho docente, faz-se necessário contextualizar e conceituar a própria noção de trabalho dentro da proposta neoliberal, a partir

das diversas formas de reorganização das forças produtivas, em um mundo capitalista globalizado, que estrategicamente acomoda as políticas, de acordo com os interesses dessa nova racionalidade.

A constituição da racionalidade neoliberal não é apenas fruto de uma objetividade puramente racional e intencional, ou de um momento histórico-econômico pontual, também não é unilateralmente estabelecido por forças políticas de acomodação, ao contrário, é forjada por um longo processo histórico e de lutas ideológicas que constituíram seu arcabouço e fizeram dela um padrão de comportamento dos sujeitos que constituem as sociedades, tornando-se uma racionalidade robusta capaz de estruturar e normatizar a governabilidade, estabelecer políticas e organizações de Estados. Conforme conceituado por Dardot e Laval (2016, p.17), “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”.

É importante ressaltar que historicamente não se apresenta apenas como uma resposta à crise do capitalismo ou tentativas de sua manutenção, mas também se autopromove como uma saída estratégica para a crise da governabilidade das democracias em crise. E, por isso mesmo, propõe a reformulação de todos os espaços, segundo sua lógica.

Entre as inúmeras correntes de pensamento que buscam, de alguma forma, assegurar suas bases teóricas, há aquelas que transitam entre a defesa de maior ou menor intervenção por parte do Estado e das instituições, na regulação do mercado e da vida social. Por exemplo, a defesa austro-americana, proposta por Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, de uma isenção total que conduz a uma espécie de “anarquicapitalismo”, em que uma das principais estratégias está ligada à ideia do ‘homem empresarial’ ou do homem empresário de si mesmo, pode ser resumida como a subjetivação, a partir da concorrência, ou seja, estabelece-se e elege-se a concorrência como padrão de conduta do sujeito (DARDOT; LAVAL, 2016), como se coubesse, em todos os setores da vida social e individual, a aplicação da lógica da concorrência e das regras do mercado.

Mas como se configurou essa nova razão que tem força de padronização do pensamento e das estratégias econômicas e políticas? Dardot e Laval (2016) sintetizam de forma didática em quatro pontos o que chamam de ‘a grande virada’:

O primeiro diz respeito à *relação de apoio recíproco* graças à qual as políticas neoliberais e as transformações do capitalismo ampararam-se mutuamente para produzir o que denominamos “a grande virada”. Contudo essa virada não se deve apenas à crise do capitalismo nem surgiu de repente. Ela foi precedida e acompanhada por uma *luta ideológica*, que foi, sobretudo, uma crítica sistemática de ensaístas e políticos contra o estado de bem-estar. Essa ofensiva alimentou diretamente a ação de certos governos e contribuiu enormemente para a legitimação da nova norma quando esta por fim surgiu. Esse é o segundo ponto. No entanto apenas a conversão dos espíritos não teria sido suficiente – foi necessária uma mudança de comportamento. Isso foi obra, em grande parte, de técnicas e dispositivos de *disciplina*, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização do capital. Esse é o terceiro ponto. Finalmente, a progressiva ampliação desses sistemas disciplinares, assim como sua codificação institucional, levou à instauração de uma *racionalidade* geral, uma espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana (p.193).

Dessa forma, podemos entender então que as organizações e governos são regulados e padronizados por uma nova racionalidade que estabelece novas regras, entre as quais podemos localizar a precarização, a plataformização, ou conforme o termo utilizado por Antunes (2020), a uberização do trabalho.

A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e inviabilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho (p.11).

O advento da chamada Indústria 4.0, entendida como a quarta revolução industrial, foi essencialmente marcada pela predominância das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), como formas de reorganização do espaço, das relações e das forças de produção, apropriadas pelo capitalismo como mecanismos de manipulação e controle da acumulação. As forças de trabalho, principalmente, remontam ao capitalismo inicial, porém exerce uma atuação amplamente mais utilitária e precária, configurando, assim, um tipo de trabalhador econômico, eficiente e operante, que deve ser adequado às novas exigências e regras do mercado digital.

É nesse contexto que surgem as reformas, entre elas, a trabalhista, da educação, da previdência, que discursivamente são vendidas com o falso argumento da modernização e promessas de avanços econômicos, mas, na realidade, são extremamente estratégicas para a

efetivação desse projeto. Elas retiram direitos trabalhistas e sociais, e juntamente com o desemprego estrutural, gerado pela mecanização da indústria, aumenta a massa de desempregados e os níveis da miséria social.

As novas formas de organização e controle do trabalho, ou no entendimento das grandes empresas interessadas nesse movimento, a organização dos prestadores de serviços tem, nas plataformas digitais, sua saída, oferta de mão de obra de acordo com as demandas para o trabalhador *Just in time*. Pessoas disponíveis a aceitar as *regras do jogo*.

A acomodação do trabalho em plataformas digitais e utilização de tecnologias altamente desenvolvidas têm desenhado um novo cenário dos “prestadores de serviço”, com formas distintas de relação trabalhista, diferentes das que conhecíamos com relações contratuais bem estabelecidas e dos trabalhos assalariados. É o trabalho totalmente desprotegido e desamparado legalmente, conforme ilustra Antunes (2020):

Realizando jornadas de trabalho frequentemente superiores a oito, dez, doze ou mais horas por dia, muitas vezes sem folga semanal; recebendo salários baixos; vivenciando demissões sem qualquer justificativa; arcando com os custos de manutenção de veículos, motos, bicicletas, celulares, equipamentos, etc – parece que começam a se desenvolver, nos laboratórios do capital, múltiplos experimentos que podem ser generalizados, depois da pandemia³, para um amplo leque de trabalhos, nas mais distintas atividades, intensificando o processo de escravidão digital (p.20).

O discurso persuasivo de que cada indivíduo pode ser um empreendedor de sucesso, um prestador de serviços moderno na era digital esconde o que, de fato, é uma tentativa perversa e arbitrária de responsabilizar e culpabilizar os sujeitos pelo seu fracasso, utilizando-se de argumentos retóricos. A partir do princípio da meritocracia, implanta-se a falsa ideia de que a igualdade de oportunidades é o meio suficiente para instaurar o desenvolvimento, o progresso e combater as injustiças sociais, ou seja, basta igualdade de ofertas de oportunidades e tudo se resolve. Pleiteia-se, na verdade, é que haja uma isenção total do Estado, de modo que a massa de desempregados seja ela própria responsabilizada pelo seu sucesso ou fracasso.

³ A pandemia de COVID-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, é uma pandemia em curso de doença por coronavírus 2019 (COVID-19), uma doença respiratória, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O vírus tem origem zoonótica e o primeiro caso conhecido da doença remonta a dezembro de 2019 em Wuhan, na China.

Nesse contexto da racionalidade neoliberal, o Estado é entendido não como garantidor de direitos fundamentais, mas apenas como organizador da vida social, já que os custos, as oportunidades, o mérito são transferidos para os sujeitos trabalhadores, que, nesse macroprojeto, já fazem parte dos “selecionados para o fracasso”, diante das ínfimas possibilidades de serem bem-sucedidos, visto que o projeto econômico neoliberal prevê que, para manter um número restrito de beneficiados, haja um grande número, uma massa de descartados.

Não há vagas para que todos sejam empreendedores de sucesso. Isso é uma falácia, do ponto de vista estrutural e de proposta do próprio modelo econômico decorrente desse discurso.

Ao trazermos essa discussão para o campo da Educação, em que está inserido o trabalho docente, que faz parte da precarização do trabalho global, percebemos uma movimentação de desmonte, ao menos parcial, em específico, quando visualizamos as tentativas de transferir responsabilidades e recursos financeiros de investimentos de setores do serviço público para a iniciativa privada. Uma forma de realocar esses recursos, dispondo-os à disposição de outros interesses, utiliza e combina três fatores presentes no neotecnicismo, no dizer de Freitas (2012): responsabilização, meritocracia e privatização.

Assim, temos uma gama de ataques à educação enquanto direito: desde as restrições financeiras aos beneficiários estudantes, mas, principalmente, a propagação do discurso de que as oportunidades são dadas a todos indistintamente e que o sucesso escolar e profissional independe das condições reais e sociais de cada um. Soma-se a isso o ataque aos profissionais da educação e suas carreiras, quando se instaura um discurso de ineficácia, insucesso e desqualificação do serviço público, como proposição de importação de estruturas e formas de organização da iniciativa privada, baseadas em critérios unilaterais de avaliação das cadeias produtivas e aplicando-as, em contexto tão diverso e plural, como é o caso da educação e dos processos de ensino- aprendizagem.

É esse tipo de ataque à educação por parte dos “reformadores empresariais da educação” que evidenciamos claramente desde o golpe do governo Temer em 2016. Embora não iniciado, mas tendo seu apogeu nas políticas do governo Bolsonaro, entre 2019-2022, observamos nitidamente a estratégia utilizada para justificar a privatização dos serviços

públicos: desqualificação da ciência, das universidades, esvaziamento nos fomentos em pesquisa, desmoralização do professor, influência de empresários em gerências e políticas de organismos, sobretudo, ligados à educação, como o próprio Ministério da Educação e suas subsecretarias, entre outras.

Freitas (2018) alerta para três denominações que são recorrentes, quando nos referimos a esse movimento. A primeira nomenclatura advém da tradição estadunidense e que inspira e norteia o Brasil nessa tentativa, denominada reforma empresarial; a segunda, que procura definir o movimento de forma mais internacionalizada, Movimento Global da reforma Educacional e uma terceira advinda do campo da gestão, mais abrangente e também muito citada, Nova Gestão Pública (NGP).

No Brasil, A NGP assume caráter sistêmico no Governo Fernando Henrique Cardoso. Após o golpe institucional ao governo Dilma Rousseff (2011-2016), quando Michel Temer (2016-2018) assume a Presidência da República, as práticas liberalizantes ganharam novo impulso. Destaca-se a aprovação da Lei n. 13.467/2017 concernente à reforma trabalhista, a qual autoriza diferentes modalidades de exploração do trabalho, cujo traço comum é a flexibilização e a precarização nas atividades-meio e atividades-fim. Mais recentemente, sob o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro, o trabalho sofre mais uma dura perda com a aprovação da reforma previdenciária na Câmara dos Deputados (PREVITALI e FAGIANI, 2020, p.217).

A reforma empresarial da educação, nos Estados Unidos, os chamados *corporate reforms (reformadores corporativos)* – “reflete uma coalisão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores, alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta, que foi apresentada como mais adequada para ‘consertar’ a educação americana” (Freitas, 2012, p.380).

A proposta surgiu, a princípio, com a ideia dos *vouchers*, em 1950, utilizando o discurso de que é “direito democrático dos pais escolherem as escolas de seus filhos” e ampliada, logo depois, com o “direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que ricos frequentam”. Por trás disso, estava a real tentativa de manter os processos de segregação racial, gênero e nível socioeconômico e colocar os recursos nas mãos dos grandes empresários.

Deflagrado esse dispositivo as escolas que recebem menos *vouchers* ficam cada vez mais precárias, enquanto as que recebem mais, ainda que sejam complementados pelos pais, que é o que acontece na maioria das vezes, tornam-se cada vez mais competitivas. Com isso, submete-se totalmente a lógica de mercado à educação, sem transparecer que sua função social mudou de intencionalidade.

Nesse tipo de proposta, o principal argumento é que a iniciativa privada pode gerir recursos e serviços públicos de forma mais eficiente, elevando sua qualidade, baseando-se em indicadores que medem quantitativamente índices de desempenho e que definem uma concepção de educação, baseada em resultados, com dispositivos de recompensas e sanções, com forte responsabilização dos insucessos, conforme já mencionamos, isentando o setor público de suas responsabilidades. Não faremos, nesse cenário, um estudo aprofundado, a respeito dessa origem, uma vez que o objetivo é apenas contextualizar a origem desse movimento.

O diagnóstico que fundamenta essa proposta de educação nos EUA tem, na fabricação da crise, sua base de instauração, ou seja, a criação e formulação de um discurso que identifica na educação comprometimento à sua competitividade, colocando a nação em crise diante do cenário mundial e propondo sua reversão com a interferência de protótipos advindos do mundo empresarial. Uma vez controlado o processo, todas as engrenagens são necessariamente modificadas, isto é, uma vez implantada a lógica de mercado na educação todas as instâncias são adaptadas a essa nova forma de gerir, órgãos, instituições e políticas, englobando a escola e os que nela atuam, todos precisam estar alinhados à proposta.

No Brasil, esse movimento é articulado e conduzido pelo slogan '*Todos pela Educação*', conforme sinaliza Freitas (2012):

No Brasil, movimento semelhante tem coordenado a ação dos empresários no campo da educação e é conhecido como *todos pela Educação*. O presidente do Conselho de Governança deste movimento é o megaempresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, que também é assessor da presidenta Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo (p.381).

Seguindo o princípio de que o Estado não é o único responsável pela educação, descentralizando suas responsabilidades, a partir do conceito de governança da NGP, as

políticas públicas passam a ser formuladas e articuladas entre Estado, setores privados e organizações não governamentais – ONG’s. Esses grupos vão ganhando espaços e passam a interferir diretamente na forma de organização das instituições e nas políticas públicas. “Suas estratégias, essencialmente no que tange ao fomento da filantropia, do voluntariado e da responsabilidade social empresarial se efetivam por uma ação organizada que ultrapassa o âmbito da produção e lucratividade imediata” (Martins, 2016, p.12).

Para que a proposta seja bem aceita, de forma quase inquestionável, esses grupos se apropriam do discurso, baseado em aspectos constitucionais, por exemplo, de que a educação de qualidade é um direito de todos, que todos têm o direito de escolher a escola que desejam, que, com a modernização de *leis ultrapassadas*, novas melhorias emergem, para, então, encontrar meios de se infiltrar e incorporar suas pautas. Martins (2016), em seu estudo, define a identidade do Movimento *Todos pela Educação* (TPE) como:

O TPE denomina-se uma aliança nacional apartidária composta pela sociedade civil, pela iniciativa privada e por organizações sociais de educadores e de gestores públicos da educação. Seu principal objetivo é incidir em políticas públicas para a Educação Básica brasileira, em nível nacional, a partir da bandeira do direito à qualidade da educação. Para tanto, este grupo lança 5 metas, as quais têm como característica principal o fato de serem verificáveis e mensuráveis (Todos pela Educação, 2012c). O grupo também justifica sua atuação a partir da *correponsabilidade pela educação*, valendo-se de sua experiência empresarial na tentativa de reorganizar a educação pública (MARTINS, 2016, p.13).

Para que esses objetivos sejam processualmente implantados, é necessária uma arquitetura que modele todo o sistema de educação nacional, seja a partir de presença e influência por meio dos organismos de controle, Congresso Nacional e Ministério da Educação, principalmente, bem como a interferência nas políticas públicas difundidas por esses órgãos. Sem dúvida, é um movimento sutil que chega até suas bases, controlando e determinando as políticas, moldando o trabalho pedagógico, inclusive afetando, manipulando e programando o corpo docente, controlando seu trabalho, assim como funciona no processo de produção de qualidade das empresas privadas.

Estratégias de controle e docilização dos professores

Considerando todo este movimento de precarização do trabalho em cadeia global no qual são localizadas as forças que ameaçam o trabalho docente, nesse projeto de sociedade, passamos agora a dialogar a respeito de dispositivos e estratégias de controle que são adotadas para o esquadramento dos corpos e docilização do comportamento dos professores, a partir de uma leitura dos conceitos apresentados por Foucault, pressupondo que há uma engenharia disciplinar do corpo que mobiliza estratégias e forças de condicionamento do corpo como anatomia política.

Houve, durante a Época Clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Ao pensar o projeto neoliberal de educação e as consequências para o trabalho docente, é necessário considerar certos dispositivos e estratégias que criam os tais ‘corpos dóceis’, na tentativa de torná-los aptos a serem executores do programa e modelo deflagrado por essa ordem intencional da razão neoliberal.

Nesse sentido, a docilização docente é uma engenhosidade e descoberta da plasticidade do corpo, de tentativas de utilizar e fabricar seus corpos, a partir de transformações e aperfeiçoamentos, para que atendam a interesses específicos, pensados e arquitetados aprioristicamente. Conforme retrata Foucault (2014, p. 134), em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições e obrigações.

O corpo desvalorizado, desqualificado, medido, sobrecarregado, vigiado e competitivo é apenas um dos polimorfismos desejáveis, nessa disputa de poderes sobre os corpos, especificamente dos corpos docentes. Para que funcionem consoante aos interesses ideológicos, é necessário atribuir-lhes formas sutis de controle. Foucault associa o momento histórico das disciplinas como essa grande descoberta de utilização política do corpo.

[...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas à formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de

seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula, e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2014, p.135-136).

Como o corpo docente passa a ser o foco do poder nesse jogo de disputas? De imediato, podemos inferir que, para a implantação da lógica de mercado, é imprescindível que haja controle na produção de resultados, ainda que, como verificamos, no caso da educação, seja extremamente perigoso e danoso mensurar a qualidade de forma unilateral, a partir de critérios de quantificação. Dissocia e diminui, cada vez mais, a força e a potência do corpo em sua significação política e econômica. Atrelada às bases legais que norteiam a formação docente está posta a capacidade de um sistema capaz de tornar o trabalho passível de vigilância e punição, possível de ser quantificado e classificável, de total controle e submissão. Avaliações internas e externas outorgam para si o direito inclusive de desqualificar os profissionais e colocá-los no *ranking* de bons ou maus profissionais.

Para que haja resultados quantificáveis com índices elevados, é necessário fabricar uma lógica sustentada, em um sistema de sanções e recompensas, ainda que, para isso, seja necessário classificar e segregar. Apoiada na lógica de privatização que prevê, em sua estrutura, além da meritocracia, a responsabilização, as avaliações passam a ser um poderoso e aliado instrumento de categorização imediata de vigilância e controle que confere sanção/punição e recompensa. A educação, a escola e todos os sujeitos que a constituem são desconectados de suas condicionantes sociais e políticas, conforme ilustra Freitas (2018):

A educação é isolada dos seus vínculos sociais e passa a ser vista como uma questão puramente de gestão. Imaginando “consertar” as escolas pela sua inserção no livre mercado e com propostas restritas às variáveis extraescolares, entre elas o impacto das condições de vida das crianças na sua educação. Tal postura advém da recusa de levar em conta restrições

Revista *Devir Educação*, Lavras, vol.7, n.1, e-816, 2023.

estruturais no processo educativo e da concepção depreciativa que o neoliberalismo tem do serviço público e do magistério, que se expressa no desejo de “tornar o professor (e a escola) o único responsável” pela aprendizagem e uma vez identificado o “responsável”, promover políticas de “responsabilização verticalizadas” como formas de pressioná-lo (p.37).

Ou seja, sistemas de avaliações que baseiam e norteiam as políticas públicas adotam atravessadores de mensuração de controle da qualidade como dos produtos comercializáveis, passam a serem, assim, instrumentos de classificação, desqualificando não só as instituições escolares e os sujeitos que nela atuam, mas também promovendo internamente uma disputa tal qual a competitividade selvagem do livre mercado. Além de difundir a ideia de que escolas com melhores resultados devem receber melhores investimentos, na realidade, deveria ser totalmente o oposto disso.

Freitas (2016) aponta que, na tentativa de alinhar a escola aos interesses de mercado, existe, nesse campo de disputa dos reformadores empresariais da educação, tanto um interesse pelo controle da gestão, quanto dos processos educativos e percursos formativos, ou seja, uma tentativa de implantação total, ou ao menos parcial, da privatização da educação pública que desmobiliza as classes, insere competitividade e desarticula políticas de investimentos.

Convergindo com essa análise, Foucault (2014), ao pontuar a questão dos recursos necessários, para a fabricação de corpos adestrados e o sucesso do poder disciplinar, aponta três instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e a combinação com o instrumento que lhe é específico, o exame.

Ao abordar sobre o olhar hierárquico, detecta como as estruturas arquitetônicas de construção foram gradualmente encaminhadas, para a condição de possibilidade, vigilância e controle dos corpos, sobretudo, avaliando a construção das cidades, os acampamentos militares, os hospitais e as escolas que se constituiriam a partir dessa arquitetura do adestramento. Conforme acentua Foucault (2014):

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, registro e treinamento (p.170).

Podemos associar esses instrumentos, com dispositivos diretamente presentes na lógica de supervisão do trabalho docente, a um contexto neoliberal, sobretudo, dentro da

proposta de reforma empresarial da educação que avança a diferentes universos, basilarmente na esfera legislativa de leis que operam, co-operam e regulam a educação nacional. Podemos citar como exemplos: Nova BNCC, BNC-Formação, Novo Ensino Médio, entre tantas, em outras esferas de serviço público. Organização de estratégias, sobretudo políticas, retiram a autonomia, baseadas em dispositivos de punição e recompensa por desempenho, gerando competitividade, além de avaliações externas. Seguindo padrões de aferição internacional desvinculados da realidade nacional, que apresentam modos de classificação e ranqueamento, associados à ideia de desqualificação do serviço, responsabilização e culpabilização dos sujeitos, culmina, assim, na desmoralização do professor e em sua credibilidade.

Para que o projeto de educação como serviço seja efetivado, o professor, como prestador de serviços por excelência, precisa ser configurado, com vista a atender esse projeto de esvaziamento e de rupturas. Dessa forma, é necessário que estratégias de controle e vigilância rigorosas perpassem essa produção, desde a fabricação de seus corpos em sua formatação, fazendo com que todas as possibilidades de subversão sejam inibidas, coibidas e combatidas, minando qualquer possibilidade de inquietação e organização, autônoma ou coletiva e, inclusive, responsabilizando os sujeitos pelo sucesso ou pelo fracasso da educação e isentando o poder e as repartições públicas que são principais agentes responsáveis pelo êxito ou fracasso da educação pública.

Diante de contextos exaustivos, sobrecargas de trabalho, falta de incentivo, responsabilização indevida, os professores e professoras acabam caindo em um vazio de sentido, desesperançados, insatisfeitos com a má remuneração, as péssimas condições de trabalho e outros fatores de adoecimento, ou então, tornam-se convencidos e envolvidos em um discurso de dominação que os impedem de recriar e de romper com essas estruturas, deixando-se condicionar pela acomodação e adaptabilidade.

Não é incomum ouvirmos, no cotidiano, afirmações do tipo: “a educação brasileira está entre as piores do mundo”. Pouco comum é esperar que o questionamento crítico dessas mesmas pessoas as conduzam a outras perguntas: Quem está dizendo isso? Quais organismos? Aferidos por quais instrumentos? Quais os reais interesses desses organismos internacionais? Ancorados em quais critérios?

Naturalmente, a verificação e constatação desses dados são processadas, a partir de objetivos e metas bastante claras, estabelecidas por interesses muito bem definidos e que não destoam da regulamentação do capitalismo global e da racionalidade neoliberal.

Para isso, no Brasil, recentemente, após o golpe jurídico-parlamentar, durante o governo de Michel Temer (2016-2019), aprovou-se, às pressas, sem diálogo e amplo debate, a nova BNCC, a reforma do Ensino Médio e outros dispositivos que agilizam total configuração da educação brasileira às pautas efetivas de criar pessoas adaptadas e adaptáveis, empreendedoras, que exijam cada vez menos do Estado e se tornem cada vez mais “merecedoras” e responsáveis pelo fracasso e sucesso de suas vidas.

Quando analisamos a BNCC, em profundidade, por exemplo, ela está fundamentada em competências e habilidades que regulam e controlam o processo de fabricação de mão de obra de pessoas autônomas, cada vez mais flexíveis, que saibam resolver problemas, que consigam contornar e vivenciar situações de alta sobrecarga e stress.

Em síntese, cabe às pessoas aceitar a realidade tal qual lhes é imposta, retirando dela qualquer possibilidade de consciência crítica e criativa, inclusive a proposição de possíveis outras formas de organização social e novos modelos econômicos mais solidários, cuja centralidade esteja na pessoa humana e não no lucro. Esse é outro fator de fácil identificação, por isso, é o momento em que as organizações coletivas de trabalhadores, os sindicatos, as associações são colocados em suspeição, como movimentos de atraso, inimigos da modernização, como grupos oportunistas, para que, assim, os verdadeiros interessados no processo de precarização possam agir livremente de forma arbitrária.

Toda essa flexibilidade, adaptabilidade e utilitarismo estão ligados à ideia da economia, como regra normativa de constituição da sociedade, ou seja, a escola só tem sentido se configurada aos interesses das relações reguladas pelo mercado e pelo capital.

O novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico (LAVAL, 2029, p.29).

Na contramão dos projetos humanistas e republicanos, a escola e a pedagogia assumem discursos, pautas e propostas econômicas, transformando esse espaço e suas atividades, em lugares orientados unicamente pelos princípios empresariais e da concorrência. Contudo, sem abandonar alguns adornos discursivos, que permitam mascarar o real projeto de destruição deflagrado.

Para a produção de subjetividades precárias, o racionalismo liberal abandona, além de outros dispositivos reguladores da conduta, de seu maior, principal meio, a educação pública e tudo que nela se elabora, arquitetando um *modus operandi* que leva à consolidação de uma estrutura de relações pautadas em um falso discurso de progresso e segurança. Carvalho (2020) sintetiza bem esse movimento de precarização proposto pelo neoliberalismo:

[...] O neoliberalismo é menos uma política de Estado mínimo e mais uma política de intervenção global tendenciosa no Estado, fazendo-o inclinar-se aos dispositivos de segurança que uma elite econômica maneja para que o Estado sustente leis e procedimentos legais que impeçam a organização social dos trabalhadores; favoreça os canais de endividamento público com o setor privado; estimule o financiamento da educação superior privada; diminua os investimentos públicos em seguridade social, deslocando-os para a especulação financeira (2020, p.939).

Trata-se de uma desqualificação do Estado, para a garantia de certos direitos, ao mesmo tempo em que ele é utilizado, para implantar os interesses de determinados grupos econômicos superiores, cuja intenção é difundir a ideia de que o bem social está centralizado nas condições de cada um realizar seu potencial empresarial. O homem como empresa de si mesmo. O estado, como dito, funciona como um moderador, não como um responsável pelas garantias dos direitos, basta que ele forneça o serviço, sem necessariamente ser seu agente e financiador principal.

Resgatar a potência vital que move a essencialidade da vida é um dos caminhos para que novas construções de sentido sejam possíveis e para que o trabalho docente seja integrador de uma educação livre, criativa e prazerosa, no sentido mais profundo dos termos.

Considerações finais

A partir das questões e análises feitas, podemos inferir que o trabalho, em contexto global e não somente a atividade trabalho, mas todas as relações sociais, desde as observadas

em grandes instituições, como a escola, por exemplo, têm sofrido as consequências de uma normatividade que organiza a vida das pessoas, em âmbito público e privado, segundo as regras estabelecidas pelos interesses do mercado.

É observável que a acentuação do discurso que reflete uma falsa ideia de liberdade e de avanços, para a modernização, é subsidiada por instrumentos de excessivo controle, de precarização, desvalorização e responsabilização direcionada à culpabilização do professor, dentro desse microcontexto. A crise fabricada a qual assistimos é apenas a ponta do *iceberg* dos reais interesses que procuram instrumentalizar os sujeitos como reais agentes responsáveis pelo sucesso ou fracasso na sua profissão ou na sua vida.

Dessa forma, o trabalho docente é constantemente afetado pela organização empresarial que se implementa, a cada dia na escola, por meio de normas estabelecidas, políticas públicas altamente influenciadas e definidas por esses interesses ideológicos, ofuscados pelo caráter de legalidade e constitucionalidade.

Enquanto isso, nas organizações estatais, cada vez mais, a direção e as decisões são tomadas, em função dos interesses de grandes empresas, multinacionais, transnacionais e outros organismos financeiros, que vão se convencendo de que a melhor prática que se deve estabelecer no serviço público é aquela que isenta totalmente a responsabilidade do Estado, reduz o gasto público com pessoas que tendem a ser conduzidas a pagar pelos serviços sociais básicos anteriormente assegurados como direitos.

Não há como imaginar um trabalho docente que não adoeça, nessas condições, burocratização neotecnicista dos processos educativos, desesperança, precariedade das condições de trabalho, que não afeta cada vez mais a saúde desses profissionais física e mentalmente e os coloca em uma situação de apatia e desinteresse.

A quebra dessa lógica que constituiu o pensamento do ‘sujeito neoliberal’ e o fez acreditar que ele pode organizar tudo, a partir dessa falsa crença que tem de si, é indubitavelmente um árduo trabalho crítico que demanda outras análises e proposição de projetos educativos e sociais alternativos à hegemonia da racionalidade neoliberal.

Se até entre os próprios docentes o discurso empreendedor e a racionalidade mercadológica se fazem presentes, então, visualiza-se um longo caminho de desconstrução

desse pensamento hegemônico e o conhecimento crítico é o primeiro passo. É como se sentir desafiado por uma rede de problemas, que, num primeiro momento, parecem impossíveis de serem identificados, mas o primeiro passo para desvendá-lo é perseguir suas relações e, identificando suas origens, ir desenrolando fio a fio, até cortar aquilo que não é suficiente para a comunidade global de seres humanos.

Poderemos quebrar essa lógica do mercado, se, no cotidiano de nossas relações, se, no trabalho docente, que é nosso principal foco, vivenciarmos práticas de coletividade, de comum-unidade, de alteridade, empatia, fraternidade. Utopia é isso, aproximar cada vez mais de um objetivo que parece estar cada vez mais distante, mas que não é possível de realizar. Uma nova racionalidade é possível.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. “Uberização” do trabalho: caminhos para a servidão, e isso ainda será um privilégio. [Entrevista cedida a Congresso em foco] Heitor Peixoto **Instituto Humanitas Unisinos**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo *et al.* **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Foucault e o neoliberalismo de subjetividades precárias: incidências na escola pública brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V.6, n.3, p. 935-956, set - dez 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54579>. Acesso em: 24 jan. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.** Campinas, v.33, n.119, p. 379-404, abr.-jun., 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. 1º ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

Recebido: novembro/2023.

Publicado: dezembro/2023.